

JORNAL GERMINAL No. 15 (Novembro/Dezembro de 2003)

O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO AMERICANO

Nada mais repulsivo, neste século XXI — que os sonhadores imaginavam como a “Era de Aquários” — do que a situação dos prisioneiros afegãos na base americana de Guantânamo, em Cuba. Confinados em minúsculas jaulas individuais, manietados pés e mãos por correntes, eternamente encapuzados e impedidos de dormir, vinte e dois tentaram o suicídio, sendo que doze deles há dois meses.

Profundamente revoltante é, no entanto, o silêncio da comunidade internacional diante desta arbitrariedade contra prisioneiros de guerra que o governo americano simplesmente catalogou como “terroristas”, categoria não especificada na Convenção de Genebra, a quem os “falcões” de Washington negam o tratamento especial que a Convenção lhes confere; e aí sobra crueldade, na ânsia de vingar os mortos do 11 de Setembro. Desconhece-se o limite dessa vingança. Quantos deverão morrer ou sofrer para saciar a perversa vindita? Ou, como nos versos da canção de Bob Dylan, “quantos deverão morrer para que outros não morram?”. Recentemente, uma entidade de Direitos Humanos lembrou-se daqueles infelizes afegãos e denunciou “processos de tortura” praticados em Guantânamo, ao que o arrogante governo americano retrucou dizendo não haver tortura e sim “pressão”. E ficou por isso mesmo. Contra o argumento de que há leis americanas que proíbem tal tratamento, a resposta foi de que as leis se aplicam em território americano, não valendo, pois, para Guantânamo, apesar de ser base americana.

Agora, nesta guerra no Iraque, já se fala em conduzir os prisioneiros de guerra para o gulag americano de Guantânamo. Os iraquianos também são “terroristas”, assim como todos os povos que se opõem aos desígnios expansionistas do Império Americano, que, como já disse, com muita propriedade, o jornalista José Simão, só se diferencia do Império Romano porque “em Roma, o máximo a que um cavalo chegou foi a senador” (referência ao cavalo Incitatus, do degenerado imperador romano Calígula, que foi nomeado senador).

Na ditadura de Getúlio Vargas, a repressão aos oposicionistas foi tão cruel que o advogado Sobral Pinto, defendendo o preso Henri Berger, impetrou habeas-corpus invocando a Lei de Proteção aos Animais. Neste caso de Guantânamo, nem esta lei poderia ser invocada, pois não se tem conhecimento deste tipo de tratamento para animais.

O que mais provoca irritação é a petulante hipocrisia dos “falcões” da direita americana ao invocarem a Convenção de Genebra, quando os soldados iraquianos apenas exibem na TV os prisioneiros de guerra americanos. Exigem bom tratamento para estes, mas assim não agem em relação aos prisioneiros iraquianos, que são vistos manietados, encapuzados e arrastados pelos cabelos.

Nos planos nazi-americanos de dominação global constam ataques preventivos a países incluídos no bushiano “eixo do mal” – Irã, Síria, Coreia do Norte e outros que porventura se metam. E já anunciaram que “podem manter três ou mais guerras ao mesmo tempo”. E este é, sem dúvida, o motivo da reação mundial a esta inusitada estratégia imperialista dos Estados Unidos.

Todo o mundo, hoje, se sente ameaçado. As potências que agora protestam contra a invasão do Iraque, assim agiram em outras épocas e não houve este clamor mundial, porque a ação limitava-se à casa do vizinho. Poucos se recordam da intervenção soviética no Afeganistão, da OTAN na ex-Iugoslávia, ou da França na Argélia.

Antes foram os afegãos, agora são os iraquianos e, nesta marcha, outros povos serão subjugados pelo mais poderoso exército do mundo, cujo orçamento bélico anual é maior do que o de todos os demais orçamentos bélicos das nações da Terra, somados.

Em se tratando de nós, brasileiros, há um fato deveras preocupante, que não é divulgado pelo governo. Nos mapas geográficos utilizados nas escolas americanas, consta o Brasil como uma área situada abaixo do Mato Grosso; a floresta amazônica é classificada como "área internacional". Todos nós sabemos da cobiça do Império para com esta área. Quem nos garante que um dia o Império não resolva internacionalizá-la, usando como pretexto a "incapacidade" dos brasileiros de preservarem a floresta, que passaria a se transformar em "patrimônio da humanidade"? A ação poderia começar a partir do combate aos "terroristas" das FARC, na Colômbia, combinado com o pretexto de controle do tráfico de drogas, em que o Brasil aparece na rota principal, tráfico este que ameaçaria a segurança nacional dos Estados Unidos. A esse argumento acresceria a já anunciada "luta pela água", que, segundo se anuncia, será o mote das futuras guerras, já que o Brasil possui 12% dos 2,5% da água doce do globo terrestre.

É caso para se preocupar e não tomar a atitude de pensar que as guerras no Oriente Médio são "guerras dos outros".

Aparentemente sem limites, a ação predatória desses cavaleiros do Apocalipse só poderá ser detida pela reação da opinião pública, principalmente dentro dos Estados Unidos, cuja população um dia se cansará de receber os seus jovens em caixões lacrados. Assim foi na Guerra do Vietnam.

Mas até que isso aconteça, muitas quantânamos serão necessárias para confinar os que não se dobram às arremetidas do Império Nazi-americano.

A SAGA DE UM NOVO MESSIAS:

De Garanhuns ao Palácio da Alvorada — ou de operário a Presidente da República — ou de social-democrata a neoliberal

1. Introdução

Estamos tratando aqui, obviamente, do Governo Lula. Da trajetória de um governo que, tendo tomado posse no primeiro dia do ano, cavalgando sobre uma torrente nunca vista de promessas mirabolantes e de um apoio populacional nunca dantes visto em terras brasileiras, tornou-se, em apenas três meses, mais um governo em vias de desgaste, junto à opinião pública, que só tende a crescer. Desde logo queremos acentuar que *Germinal* foi das raríssimas vozes que nunca se deixaram enganar com tal fanfarra, o que pode ser facilmente constatado pela consulta aos quinze números anteriores do jornal,

que, de posse de um método rigorosamente científico, sempre analisou o fato longe das ideologias do cotidiano. *Germinal*, a este e a outros respeito, nunca fez mudanças de última hora — foi e segue sendo conseqüente do começo até o fim, de ponta a ponta.

Neste artigo, este jornal vai abordar a saga do Messias patricio por dois prismas: o primeiro, pelo que todo mundo está percebendo, o prisma que aponta os resultados “decepcionantes” do governo do Messias; o segundo, pelo da explicação das causas dos atos governamentais, isto é, pela ótica da essência, a qual, infelizmente, ainda é invisível até mesmo para a quase absoluta maioria dos intelectuais, tanto entre os que apóiam o referido governo como entre os que lhe fazem oposição. Em se tratando de um jornal que visa contribuir para o debate com fins educativos, *Germinal*, neste caso, dará ênfase à revelação da essência da questão; até porque, como já foi dito, das “decepções” toda a imprensa, falada e escrita, já se ocupa — ela e a opinião pública em geral.

2. As etapas da caminhada

2.1. A fase messiânica propriamente dita

A fase em que Lula mais se pôs como o Messias dos pobres do Brasil foi a que transcorreu entre o período eleitoral e os dias imediatamente posteriores à posse, vale dizer, enquanto o tempo no qual o eleitorado ainda ardia diante das multicoloridas e multiformes promessas de todos os tamanhos. O Messias operário que viera, num pau-de-arara, de Pernambuco, por isso mesmo não media palavras no ato da crítica aos seus adversários, principalmente ao governo que oantecedera — o governo neoliberal de FHC. Se a crítica era grande, as promessas eram imensamente maiores. Nada mais apropriado para a eliminação da pobreza e do desemprego do que **o homem** que, desde criança, conhecera todo tipo de provação e privação. O Messias, de um lado, os problemas sociais do outro, entre Ele e os problemas, nenhuma mediação, nenhum obstáculo. Em pouco tempo — o Messias prometia — tudo estará resolvido: educação, saúde, produção, segurança, preconceito, discriminação, e o emprego chegarão aos lares aos milhões de brasileiros.

Todos conhecem muito bem esta história, por isso não vale a pena repisá-la. A questão a ser resolvida é: sabiam, o Messias e seus féis 34 apóstolos (estes são apenas os da primeira fila), que suas promessas não passavam de um engodo demagógico e populista para ganhar eleitores sequiosos por providências imediatas? Se levamos em consideração que o Messias e seus seguidores eram e são, todos, “cobras criadas” na administração pública, no Parlamento e na vida sindical, chegaremos à ineludível conclusão de que não havia, naquela equipe, nenhum ingênuo, e que, portanto, as promessas não passavam de bravatas — como Ele próprio mais recentemente confessou em público (na TV) — para ganhar eleição. Portanto, puro oportunismo.

2.2. A fase do “bode expiatório”

Quando, chegados ao Poder, o Messias e seus apóstolos — aqui incluídos os das segunda e terceira classes (leiam-se *escalões*) — tiveram de se defrontar com a dura realidade de administrar um Estado capitalista em crise e arruinado, viram-se obrigados a arranjar uma justificativa diante do eleitorado esperançoso: anunciaram que o governo do Messias, cuja aura já andava meio desbotada, não podia fazer muita coisa por conta da imensa herança de erros, descalabros, descuidos, dilapidações e acordos espúrios, perpetrados “pelo governo *neoliberal* anterior”. Não restava ao governo do ex-metalúrgico outra alternativa senão pedir ao distinto público que desse um tempo, que as coisas, passado um primeiro momento, voltariam a seus devidos lugares e tudo que tinha sido prometido seria cumprido.

2.3. A terceira fase: não dá mais para enganar. O *neoliberalismo* explícito.

Depois de rápidos dois a três meses, da figura e pose de Messias não restava quase mais nada. O eleitorado e a população, percebendo o engodo, começaram a cansar de esperar — e aí, o prestígio do governo começou a sofrer queda. Mas este é apenas um lado da questão, porque, por outro lado, o ex-Messias e os ex-apóstolos (sobretudo o que detinha as chaves da Entidade — leia-se *Ministério da Fazenda*), diante de atos necessários, repetidos e sistemáticos levados obrigatoriamente a público, foram obrigados a fazer autocrítica, seguir as pegadas do tão escarnecido governo anterior, retirar das gavetas e dos escaninhos, para fins de aprovação e aproveitamento, projetos e medidas propostas pelo governo FHC e realizar, ainda que verbalmente negado, uma política inexoravelmente *neoliberal*.

Malan e Cia. estavam, por fim, perdoados e politicamente recuperados — inclusive publicamente elogiados. Projetos de reforma, como o da previdência, o tributário e o trabalhista vieram à tona, por meio de balões de ensaios ou de esboços de propostas lançados a público por ministros de primeira linha (Jacques Wagner, Berzoini, Palocci, etc), com uma clara fisionomia *neoliberal*. O Ministério da Fazenda, junto com o Banco Central, dava e segue dando continuidade à mesma política monetária, antes criticada, de favorecimento ao capital financeiro-especulativo internacional — enquanto a produção e o emprego despencavam em suas taxas. O próprio Lula, acompanhado de um punhado de ministros e do presidente do BC, iam aos EUA, numa atitude de servilismo inesquecível, pedir os préstimos ao “companheiro Bush” junto aos concessionários de cobiçadas linhas de crédito mundiais.

De reposições salariais, do salário mínimo prometido e das reposições dos vencimentos do pequeno funcionário público, absolutamente nada, como todos já sabem — mas tudo sem limites nos casos freqüentes dos abusivos aumentos dos proventos, diretos e indiretos, de parlamentares e outros burocratas de escol. Destaque aos acordos políticos, com forças retrogradadas, para fins de aliança na aprovação das reformas e com vistas nas eleições — é neste âmbito que perpassa a proteção a ACM (na grave questão do grampo, em que a

própria cúpula do governo, tendo-o por importante aliado, fez e faz tudo para livrá-lo da cassação), 0: a ida do próprio Lula ao Fórum Social de Porto Alegre e ao dos campeões imperialistas em Davos, ou, como já se disse, oportunidade aproveitada pelo Presidente para estender uma mão a Deus e outra ao Diabo. Veio também o "pito" de Bush a Lula para que ele modificasse sua proposta de formar o grupo de "países amigos da Venezuela", que foi de fato mudado para incluir os EUA sob os protestos de Hugo Chavez; e, para encurtar a conversa, o "esquecimento" do acordo anterior da base de Alcântara firmado entre FHC e Bush. A lista é longa, mas a amostra, aqui lembrada, já é mais do que suficiente para indicar que o governo do ex-Messias não faz nada mais do que aprofundar a política neoliberal iniciada no governo Collor e desenvolvida durante os dois períodos do governo FHC.

3. Um aleijão social-democrata no arcabouço de uma política de Estado neoliberal: o "fome-zero".

O Governo Lula é mais genuinamente neoliberal até ali mesmo onde a aparência leva o observador incauto a ver uma política social-democrata. Referimo-nos ao famoso plano chamado de "Fome Zero". Esta iniciativa, que não tem qualquer laço fundamental com a atividade produtiva, que não implica no aumento da produção e nem pressupõe este aumento para ser realizada, pois se trata de um "plano" feito de "doações" ("sobras" de alimentos de empresas, restaurantes, casas comerciais, pessoas da classe média, do empresariado, do estrelato da TV e do futebol, etc.) é, na verdade, uma ação assistencialista que, ao invés de pôr os "beneficiados" a trabalhar para fazerem jus ao produto do seu trabalho, na verdade trata-os e os reproduz como indigentes e, desta forma, os mantém narcotizados e sob controle.

O assim chamado "fome-zero" não passa, portanto, de uma brincadeira (muito perigosa!) filantrópica que, reconhecendo o fracasso da prometida criação milionária de empregos e aumento imediato dos salários numa economia capitalista e, além disso, numa crise sem precedentes, apela para uma anexação, a uma política neoliberal, de uma excrescência social-democrata, quando a própria política social-democrata também já se tornou uma excrescência inútil para a reprodução do capital no mundo todo. O "fome-zero" é a única lembrança que resta do ideário social-democrata do hoje neoliberal "governo do PT". Um programa que, tanto pelo seu conteúdo como pela sua forma — incluindo a sua desorganização —, tem tudo para durar pouco tempo e, enquanto durar, desviar as "sobras" (doações), em produtos e dinheiro, para os bolsos dos espertalhões de sempre.

4. Mas, por que todas estas e outras coisas ocorrem?

4.1. A necessidade do método científico para barrar o senso comum

Não foi por acaso que o "Governo Lula" tornou-se um governo neoliberal. Foi porque o Estado capitalista, baseado na *reestruturação produtiva* e no estágio de crise em que se encontra a ordem do capital no mundo, assim o exigiu. Enganam-se todos, inclusive a maioria dos partidos e intelectuais de

“esquerda”, os que pensam que um governo, seja de que coloração ideológica for, pode empreender um “governo popular” por dentro da ordem e do Estado do capital.

Para compreendermos como se coloca esta necessidade nos marcos do capitalismo atual, temos de abandonar o *sensu comum* — mesmo aquele que recebe “tratamento teórico” por parte de certos setores da intelectualidade — e abraçar um método verdadeiramente científico. Portanto, ao invés de repetir o que todo mundo já percebeu, preferimos aqui insistir em discutir o *método* para a análise e a compreensão do “Governo LULA”, ou seja, porque se trata necessariamente um governo capitalista e, neste momento, de um governo neoliberal. Afinal de contas, o conhecimento não é a mera junção de muitas informações, mas, antes e acima de tudo, *o ordenamento categorial de um necessário e suficiente conjunto de informações com as quais se chega à essência do fato para, em vias de complementação, ligá-la aos aspectos fenomênicos e reconstruir uma totalidade articulada como real (corretamente) pensado*. Se o pesquisador junta todas as informações mas não sabe ordená-las deste jeito, jamais produzirá *conhecimento*. O conhecimento é a representação obtida através do material empírico com a lógica *dialética*. No capítulo seguinte tentaremos definir quais são, na nossa maneira de ver, os procedimentos metodológicos apropriados para o entendimento do “Governo (neoliberal) do PT”.

4.2. Como entender o caráter do “Governo Lula”

a) O Estado da classe capitalista

Se o que se pretende é compreender o “Governo Lula” — ou, como se queira, o “Governo do PT” —, tem-se de entender, em primeiro lugar, que o Estado tem deser visto pela *ótica de classe*,¹ como um *Estado de classe*; e que esta classe é a *burguesia* contemporânea, representada pelos seus segmentos *hegemônicos* e *secundários* que se dispõem numa teia de relações não lineares, mas complexas e mediadas por fios e movimentos de ordem vária. Se a coisa é compreendida desta maneira, é fácil concluir que o “Governo Lula” não pode, à testa de um Estado da classe capitalista, levar a cabo uma política popular, mas, tão-somente, uma política do interesse do capital.

b) Os segmentos hegemônicos do capital no Estado brasileiro

Em segundo lugar, cabe esclarecer algumas afirmações feitas logo acima. Por segmentos *hegemônicos* devemos entender o grande capital monopolista-imperialista mundial *financeiro, industrial e comercial*, combinado com o grande capital nacional *associado*. Por segmentos *secundários* devemos entender a burguesia *industrial-nacional* — ou o que dela ainda sobrou —, que não pode sobreviver sem os fios que a ligam ao capital dominante, mas que não está diretamente a ele ligada no gerenciamento da produção e da partilha do

mercado — e que, portanto, sofre mais diretamente todo tipo de concorrência — e as burguesias nacional-*regionais*, diretamente ligadas ou não aos demais segmentos. De todos os segmentos que constituem a burguesia em países como o Brasil, este último, o dos estratos regionais, é o mais difícil de ser definido e “mapeado”. Ele se caracteriza por ter como representantes algumas oligarquias regionais e, por serem economicamente mais fracos e mais sujeitos à pressão da crise, por viverem e se reproduzirem à borda dos grandes capitais, de currais eleitorais e encravados em instituições estatais (regionais e estaduais). Deste segmento fazem parte alguns caciques, hoje desgastados pelos segmentos do capital hegemônico, como Jader Barbalho, Sarney, Marcos Maciel, ACM e outros certamente menores. No sistema de poder entram apenas como figurantes, e só são levados em conta — como é o caso de ACM — por conta de um certo controle (hoje, aliás, em acelerado processo de desintegração) que ainda mantêm sobre seus currais eleitorais. Como ainda têm uma influência eleitoral residual, são tomados como aliados pela cúpula governamental — e é isto o que explica a explícita manifestação de apoio da cúpula do “Governo Lula” a ACM, o mais poderoso entre os chefes de oligarquias regionais, com vistas a isentá-lo de culpa no vergonhoso episódio do “grampo”.

Devemos compreender ainda que todos os segmentos nacionais da burguesia, que produzem, prioritariamente, bens de consumo e que vivem amontoados, por intermédio de seus representantes, em partidos como o PMDB, o PDT e o PL, não têm, apesar de suas contradições de mercado e de poder com os capitais hegemônicos, qualquer possibilidade de formular e nem por em prática qualquer projeto de capitalismo “nacional”, “autônomo” e “independente”, como querem alguns intelectuais e políticos de “esquerda”. Só precisamos acrescentar mais este ponto da maior importância: nos marcos do capitalismo, é também impossível a implantação de qualquer projeto de sociedade “autônoma” ou de caráter “popular”, como alardeiam muitos. Qualquer sociedade só pode ser “autônoma” se se tornar independente do capital, ou seja, se lograr substituir a formação capitalista por outra — o que não se consegue, obviamente, por meio de eleições governamentais para ocupar o mesmo Estado burguês.

c) Estado, classes, ideologia e relações de produção

Em terceiro lugar, é preciso compreender que este Estado brasileiro e as classes que o mantêm estão presos à *infraestrutura econômica-social* (agora totalmente mundializada), através de uma rede dialeticamente formada de fios, uns mais decisivos e outros mais secundários, de caráter estrutural (produção e relações de produção) e de *subjetivações-objetivações* políticas, institucionais, ideológicas e culturais. São estas relações que constituem o **Poder**. *Fios estruturais*: controle da produção e da circulação — hegemonia do grande capital numa e na outra esfera; empréstimos, que geram dívidas, de capitais de fora (bancos, fundos, governos, etc.) para capitais de dentro do país, com mediação do Estado, que armazena dívidas crescentes; fornecimento de tecnologias, matérias-primas, componentes técnicos do capital constante (máquinas, etc.); cessão, mediante acordos via de regra lesivos, de fatias

secundárias de mercado no cenário mundial; grau de participação no capital acionário de empresas, etc., etc. *Fios institucionais*: grau de representação nas instituições financeiras — privadas ou estatais, nacionais ou internacionais —, nas instituições estatais, (inclusive no Parlamento) de maneira direta ou indireta, mediante patrocínio, financiamento ou influência política direta, etc.; grau de participação no controle da luta de classe, instalação de acordos e bases militares, etc. *Fios ideológicos, simbólicos e culturais*: grau de participação nos meios de formação da opinião pública e de reestruturação do universo simbólico-ideológico do povo, etc., etc.

Esta classificação, que é apenas indicativa e aproximativa, tem objetivo apenas didático, mas serve para mostrar as ordens de fios que prendem o chamado “Governo Lula” às decisões do grande capital e definindo o trajeto de sua atuação (hoje neoliberal) em nível mundial.

d) Crise, reestruturação produtiva e neoliberalismo

Em quarto lugar, é necessário compreender que esta *totalidade*, que forma a instância decisiva do específico *modo de produção* e da correspondente *formação social* brasileira — e bem assim sua sociabilidade —, encontra-se inserida numa crise *estrutural, sistêmica e mundial* da qual não pode ser dissociada nem no real nem na sua representação ideal (teórica). Ademais, é preciso acrescentar que esta totalidade se encontra num estágio, desde a década de 70, no qual a produção-circulação de capitais dá-se nos limites da *reestruturação produtiva* e da política de Estado nos limites do *neoliberalismo*.

Urge entender que a *reestruturação produtiva* — também conhecida por *toyotismo* — é um método de organização da produção e do trabalho, resultante da crise social e econômica de 1973/74, que, para tentar salvar a taxa de lucro (em queda persistente) das economias capitalistas, injetou alta tecnologia (informática, robótica, “qualidade total”, *just in time*, “flexibilização das relações de trabalho, etc.) no modo de produção capitalista, provocando desemprego crônico e crescente e toda ordem de “enxugamento de custos” nas empresas e nos Estados de todo o mundo. Este método substituiu, a partir dos anos 70, a hegemonia do velho *fordismo* e também defenestrou, para sempre, o braço político do fordismo no Estado, a *social-democracia* — a qual, na medida em que, aos farrapos, ainda subsiste, não consegue (como no caso do *Fome-Zero*) passar de um apêndice, amortecedor da luta de classes, da nova política de Estado condizente com as necessidades da *reestruturação produtiva*.

d) A obrigatoriedade dos governos neoliberais

Em quinto lugar, temos de entender que, em consequência de todo o exposto, os sucessivos *governos* que, repetidamente ou não, assumem as rédeas do Estado, *têm obrigatoriamente de se enquadrar nestes parâmetros atrás definidos*. Não é, pois, por acaso, que o partido de FHC, o PSDB, originalmente uma organização social-democrata — como a própria sigla indica — pôs em prática, logo depois que se tornou governo, uma política de Estado *neoliberal*, levando o próprio FHC a afirmar que, a partir dali, todos deviam esquecer tudo o que dissera e escrevera anteriormente. Como também não é

por acaso — e sim pelos mesmos motivos — que o “Governo Lula” põe em prática uma política também neoliberal que, se bem olhada, não só repete e reproduz a política de FHC como a aprofunda. O próprio *Fome-Zero* é um roto aproveitamento da ideologia social-democrata que vem para tentar amenizar os estragos sociais causados pela *reestruturação produtiva* e sua política, o *neoliberalismo*. Assim, o *Fome-Zero* passa a ser também um plano tipicamente *neoliberal*, o que revela que a própria social-democracia moribunda fundiu-se ao neoliberalismo e, subsumida por este último, também tornou-se uma forma neoliberal.

Assim como FHC fez, ao seu tempo, a autocrítica de seu passado de ex-“marxista” (??) e ex-social-democrata, Lula e seus ministros também começam a fazer a mesma coisa, uns diretamente, como já a fizeram Pallocci, José Dirceu, Genoino e Berzoini, ao afirmarem pública e explicitamente, que a política anterior de campanha (leia-se o passado social-democrata do PT) estava toda errada e que certa é a que está sendo implementada; outros, como o próprio Lula e a chamada “esquerda” do PT também a fazem, na medida em que apóiam um projeto de governo insofismável e necessariamente *neoliberal*.

Este processo de *enquadramento* — vulgarmente chamado de *cooptação* — é um processo complexo, que não se dá de uma vez, mas que se processa por estágios que acontecem por meio de instituições políticas controladas e dispostas pelo Estado para estes fins e entre os quais se encontram as formas empresa (privada ou estatal), partido político (institucional), sindicato, central sindical, Universidade, ONG, federação e confederação, sem esquecer as instituições midiáticas e algumas religiosas. Estas instâncias constituem, na sua totalidade articulada, a escola de preparação dos quadros dirigentes do Estado capitalista. Se observarmos a história de todos eles — a do ex-Messias e a de cada um de seus ex-apóstolos — veremos que todos passaram pelas diversas “salas de aula” destas escolas. Só um partido ou uma organização verdadeiramente *anticapitalista* pode operar no sentido oposto, ou seja, ao invés de preparar quadros que irão servir, mais cedo ou mais tarde, a uma política sempre reacionária de qualquer Estado capitalista, dedicam-se a preparar militantes para uma ação (de massa) de negação da estrutura e da superestrutura do capital. mas este é assunto para uma outra matéria.

¹ Na grande maioria dos casos, as análises não utilizam este método. Por isso, é muito comum que elas, em grande número, apesar de tecnicamente razoáveis e até boas, caiam no ecletismo, num mar de contradições infantis e em propostas reformistas que não levam a lugar algum—não passando de meras ideologias.

A CRISE DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL E AS PROPOSTAS NEOLIBERAIS DO GOVERNO LULA (I)

1. Fundamentos

Façamos de conta que está sendo criado um pequeno país capitalista com apenas 1.000 trabalhadores, dos quais, 800 pagos por uma classe capitalista pequena e os restantes 200 (funcionários públicos), por um diminuto Estado. Neste país não há, por hipótese, inflação. Nesta primeira suposição estipulemos

um salário mensal de R\$ 200 para cada trabalhador, público ou privado. Suponhamos que cada indivíduo, em média, comece a trabalhar aos 20 anos, trabalhe por 30 anos e, com uma expectativa de vida de 60, tenha uma sobrevida de 10 anos.

Neste caso, cada trabalhador recebe, de salários ou ordenados, R\$ 200 por mês, R\$ 2.400 por ano e R\$ 72.000 durante os 30 anos de trabalho. Cada trabalhador, no caso, deveria, para fazer jus a uma aposentadoria integral, durante os 10 anos na condição de aposentado, ter um “fundo de aposentadoria individual” — quota-parte do fundo social total da previdência —, R\$ 2.400 (soma de salários individuais por ano) X 10 (anos) = R\$ 24.000 (o fundo total, para os 1.000 trabalhadores, seria de R\$ 24.000.000). Obviamente, teriam de descontar dos seus salários mensais uma certa contribuição para formar este fundo individual, que cobriria as aposentadorias futuras. Sendo a quota individual do fundo = R\$ 24.000, a parcela individual paga por ano = R\$ 24.000/30 = R\$ 800; o desconto individual mensal = R\$ 800/12 = R\$ 66 (aproximados), equivalentes a 30% de seu salário. Seu patrão (capitalista ou Estado) poderia recolher R\$ 22 (10%) e cada trabalhador R\$ 22 (10% do salário) e o Estado, com um fundo suplementar, mais R\$ 22 (10%).¹ Esta seria a lógica da constituição do fundo previdenciário, e se as regras fossem respeitadas e ninguém mexesse no fundo, se ele permanecesse intacto, todos se aposentariam sem problemas.

Se, mantidos constantes todos esses fatores (taxas de contribuição, tempo de vida útil de trabalho, tamanho do fundo, etc.), a expectativa de vida da população aumentasse para 65 anos, é evidente que o mesmo fundo de R\$ 24.000.000 seria insuficiente para pagar, depois como antes, 15 anos de aposentadoria aos 1.000 trabalhadores — para uma sobrevida, agora, não mais de 10, mas de 15 anos em média. Neste caso, o fundo teria sofrido uma certa deterioração (a menos que se recalculasse o fundo na base de 15 anos, o que levaria, constantes os 30 anos de trabalho, a um aumento das taxas de contribuição e do subsídio estatal). Se, no ano seguinte, a economia deste nosso diminuto país crescesse de tal maneira que absorvesse mais 100 trabalhadores (10% a mais), também não mudava nada, posto que os novos 100 trabalhadores repetiriam uma parcela adicional do fundo que corresponderia às suas aposentadorias futuras. E assim por diante.

2. Variante da hipótese inicial: o mito de que o desemprego corrói o fundo de previdência

Partindo novamente, para simplificar, da situação inicial (de 1.000 trabalhadores), vamos supor agora que, no 15º ano, 500 trabalhadores fossem demitidos definitivamente. Como — caso igual ao que ocorre no Brasil neste tipo de situação (perda definitiva de emprego) — os demitidos perdem o direito à aposentadoria e, bem assim, ao que já lhe foi descontado, o fundo permaneceria com o total relativo aos 500 que continuaram ativos mais o que foi retido de contribuições não devolvidas aos que perderam o emprego. Isso prova que as demissões em si mesmas, num sistema previdenciário como o brasileiro, não rebaixam o fundo, mas mantidas constantes as demais

condições, o elevam. Supondo que, dos demitidos, certa quantidade de pessoas recuperasse os empregos, alguns deles poderiam voltar a descontar (e recolher) para o fundo, mas, a depender da extensão, em anos, do tempo em que se mantivessem desempregados, poderiam só adquirir direito à aposentadoria depois de falecidos ou já nas proximidades do falecimento.² Neste caso, também não ocorreria déficit no fundo previdenciário.

Estes resultados desmistificam a versão corrente de que o desemprego contribui para formar o “rombo” de uma previdência. Na verdade, o desemprego diminui o tamanho do fundo, mas não deixa, por si só, ninguém que siga empregado e contribuindo sem aposentadoria, e ainda aumenta o fundo per-capita.

Mas em que circunstâncias o desemprego “atrapalha” o fundo? Voltemos à hipótese inicial. O fundo total é de, como já vimos, R\$ 24.000.000. Supondo que o governo, como patrão — como sói acontecer em terras brasílicas —, deixasse de recolher a sua parte, a partir do 10^o ano; que, por outro lado desviasse, digamos, R\$ 8.000.000 para aplicar em “obras”; que, ademais, os espertalhões oficiais de plantão desfalcassem mais R\$ 2.000.000 e que os patrões privados deixassem de descontar a partir do 20^o ano, aí sim, a nossa pequena previdência teria sofrido um rombo de R\$ 10.832.000 e teria sido rebaixada para (R\$ 24.000.000 – R\$ 10.832.000) = R\$ 13.168.000.

Ora, considerando-se que (se trabalhador nenhum fosse demitido durante os 30 anos de trabalho) os 1.000 trabalhadores iriam necessitar, no final dos 30 anos, de R\$ 24.000.000 para todos receberem as suas aposentadorias, é óbvio que os R\$ 13.168.000 (soma depois da sangria) não dariam para pagar o benefício a todos. Faltando, pois, R\$ **10.832.000** para integralizar o fundo e beneficiar a todos, uma “solução” seria — é esta falácia que está por detrás do argumento que considera o desemprego como causa do “rombo” da previdência — empregar um número tal de trabalhadores, a partir do ano 10 (uma hipótese simplificada), cuja soma de (novas) contribuições desse para cobrir o “rombo”, ou seja, R\$ **10.832.000** (“buraco” a ser coberto). Nesta hipótese, sob estas novas condições, (patrões e governo sem recolher, fraudes não apuradas, verbas desviadas para “obras” sem retorno), só com as contribuições de novos 840 trabalhadores se poderia “tapar” o “rombo” para pagar as aposentadorias dos primeiros 1.000 trabalhadores. Mas o problema, que agora teria apenas sido transferido, seria: quem iria cobrir a parte do fundo para os novos 840 trabalhadores?³

Destarte, novos trabalhadores, no caso de aumento do emprego, podem até cobrir — no todo ou em parte — rombos da previdência, mas só até o ponto que desse para pagar as aposentadorias de trabalhadores anteriormente lesados, mas não uma soma que incluísse as suas próprias aposentadorias. Noutras palavras, o “rombo” continuaria, porque, no caso da previdência, as contribuições de novos trabalhadores não são fontes de cobertura de “rombo” algum. As coisas pioram quando o emprego, ao invés de crescer, cai — porque aqui nem a possibilidade desse paliativo existe mais.

3. Dados oficiais sobre o déficit da Previdência no Brasil

A revista *Veja*, de 22 de janeiro de 2003, na matéria Começou mal a reforma da previdência, traz dados sombrios. Segundo a *Veja*, o déficit era de R\$ 19,5 bi em 1995, R\$ 27,4 bi em 1996, R\$ 33,7 bi em 1997, R\$ 41,7 bi em 1998, R\$ 45,4 bi em 1999, R\$ 55,1 bi em 2000, R\$ 61,4 em 2001 e R\$ 70 bi em 2002.⁴ A arrecadação em 2002 teria sido de apenas R\$ 4,5 bilhões e ela tende a diminuir com o aumento do desemprego, as fraudes, os desvios, as injustiças distributivas, etc., ao passo que, com ondas sucessivas de novos aposentados, o sistema terá de pagar muito mais do que 70 bilhões em 2003 — muito provavelmente cerca dos anunciados R\$ 80 bilhões. Mas, é bom que se saiba que, por tudo o que foi até aqui demonstrado, a culpa do estouro do fundo não cabe aos que restam trabalhando ou, no contraponto, à elevação do desemprego, porque se todas as contribuições já feitas no passado (pelos contribuintes que agora deveriam receber os R\$ 70 bilhões) não tivessem sido desfalcadas, estariam lá, disponíveis, para pagá-los. O problema é que, por um punhado de motivos que ainda veremos mais adiante, o fundo da Previdência Social no Brasil foi duramente depenado.

4. O problema da Previdência (e de sua crise) é um problema de classe,

Até aqui trabalhamos com parâmetros técnicos, que é o que fazem os analistas oficiais, da mídia, dos institutos e das universidades. Tais parâmetros só explicam parte do problema. Daqui em diante vamos precisar de um novo enfoque para acabar de descortinar o cerne do imbróglio previdenciário.

É preciso entender que, desde o seu início o problema da previdência é um problema de classe, ou seja, é uma instituição capitalista armada para garantir a reprodução da força de trabalho — isto é, as relações sociais vigentes — compatível, de acordo com cada conjuntura, com as necessidades da acumulação capitalista. Ora, é exatamente este enfoque que é “esquecido” pelos comentaristas oficiais ou oficiosos. Se a coisa é assim por princípio, também o é no *modus operandi*, senão vejamos. Para início de conversa, as fraudes, os desvios de verba para “obras”, o calote dos patrões sobre a previdência são, como se sabe, expedientes motivados por interesses capitalistas, entre eles os tentados pela via da corrupção. As causas da “crise da previdência” são múltiplas, constituem uma totalidade, sendo difícil, muitas vezes, apontar genericamente uma só causa ou um par delas. Tentaremos, ao classificá-las empiricamente, analisá-las e verificar, grosso modo, seu peso circunstancial — até porque a sua natureza, o seu traço definidor, deriva de seu caráter capitalista e do peso que recebe, de acordo com cada situação conjuntural, do estágio da acumulação.

Das duas classes fundamentais, uma delas, o proletariado, que vive do salário, paga à previdência para ter direito a uma aposentadoria, enquanto a outra, a burguesia, como classe dominante e que vive da mais-valia expropriada da primeira, não contribui — salvo exceções — com a previdência para poder receber o benefício da aposentadoria. Sua “aposentadoria” é garantida por toda a renda que pôde acumular em seu proveito, proveniente do trabalho não pago. Mas esta mesma burguesia, que está obrigada por lei a descontar um percentual do salário pago a seu trabalhador (no caso do Brasil,

pela lei, o trabalhador entra com aproximadamente 8% de seu salário e o capitalista com aproximadamente 12%), para constituir o fundo de aposentadoria deste trabalhador, inúmeras vezes não recolhe a sua parcela — desviando este pagamento para seus investimentos em capital constante, garantia de capital de giro, pagar contas, realizar operações comerciais, etc. Aqui já temos uma modalidade tipicamente capitalista de construir o tão famoso “rombo” da previdência.

Mas não é só pelo princípio geral da previdência (manter as condições exploração da força de trabalho e, obviamente, também, a reprodução das mesmas relações sociais) ou pela participação direta, desta ou daquela forma, da burguesia na constituição, no uso ou na evolução no fundo de previdência, que a natureza e o uso do fundo obedecem a determinações capitalistas. É também pela participação, nele, das classes médias diretamente auxiliares do Capital e do Estado (do capital): parlamentares, militares, juizes, promotores, desembargadores, executivos, intelectuais, professores da academia, doutores, burocratas de carreira e de escol e muitas outras formas de parasitas que vivem, de forma indireta, da mais-valia social. A burguesia precisa de remunerar e garantir gordas aposentadorias a toda essa gente.

A revista *Veja*, na edição atrás citada, revela como o Estado remunera as elites dos dois pilares do Estado burguês: a força pública e a burocracia. Um coronel do Exército recebe uma aposentadoria de 6.500 reais, quando deveria receber, de acordo com a sua contribuição, 3.000 reais. Disso resulta que a diferença produz um prejuízo anual de R\$ 44.000 e um prejuízo (por cada coronel!) de R\$ 573.000 em 20 anos. No caso de um funcionário de nível superior do governo federal, ele recebe uma aposentadoria, em média, de 7.500 reais, quando, pelo que recolhe, deveria receber 3.500, sendo que, desta forma, cada indivíduo deixa um prejuízo anual de R\$ 51.000 e de, no decurso de 20 anos, um prejuízo de R\$ 608.000. Já um juiz federal, recebe uma aposentadoria de 14.700 reais, quando, pelo que recolhe, deveria receber 5.000 reais, deixando, assim, um prejuízo anual de R\$ 121.700 *per-capita* e, também assim, um prejuízo de R\$ 1.600.000 em 20 anos. E, mais que isso, enquanto um aposentado rural recebe, em média, 200 reais por mês a título de aposentadoria e os inativos do serviço público recebem 340 reais, os do Executivo recebem, em média, 2.200 reais, os das forças armadas 4.000 reais, os do legislativo 7.000 reais e os do judiciário 7.300.

Para finalizar, a mesma revista revela que *"Enquanto 61% dos servidores da União ganham 28% do dinheiro das aposentadorias públicas (estes são os aposentados que ganham 1.500 reais por mês, valor máximo da aposentadoria no INSS), 39% dos servidores (...os aposentados que recebem mais de 1500 reais por mês, acima do valor máximo do INSS) recebem 72% dos recursos da aposentadoria."* (p. 36). Ou seja, quem recebe por mês R\$ 14.700 de aposentadoria quando, pelo que desconta em folha, só deveria receber 5.000 reais, está levando para o bolso, de graça, R\$ 9.700 — que são patrocinados pelos mortais. E, depois disso, têm os analistas que, pondo todos os funcionários públicos no mesmo saco, como se todos eles fossem homogeneamente iguais, no centro da burocracia estatal e deduzem que o funcionalismo não tem qualquer parcela de responsabilidade no “rombo previdenciário”. Estes “analistas”, que desconhecem a verdadeira natureza de

classe do Estado, não sabem que existem, entre os funcionários públicos, os diminutos funcionários públicos e os chamados “barões” da burocracia, aqueles encarregados de manter o caráter de classe do Estado. ¹

No caso do Brasil: “O valor do subsídio não considera a contribuição previdenciária que obrigatoriamente Estados, municípios e União precisam recolher para custear as aposentadorias. O subsídio significa apenas o gasto adicional para cobrir o valor dos benefícios, já que a contribuição dos servidores e do setor público é insuficiente. Por mês, o valor subsidiado por inativo do setor público é de R\$ 937,50. No caso dos aposentados do INSS, é de R\$ 69.” — A Tarde, Quanto custa por ano cada aposentado — 16-Economia, Salvador, 13/3/2003. A questão está clara no nosso modelo teórico. Se, no caso do nosso pequeno país imaginado, o Estado não entrasse com o subsídio de R\$ 22, cada trabalhador e cada patrão (capitalista ou Estado) teriam de recolher R\$ 33 — o que significaria um elevado desconto sobre cada salário. Mas, no caso brasileiro, o Estado já não cobre apenas este subsídio, mas, também, o déficit que o rombo acumulado deixou em descoberto.²

Que é também, hoje em dia, diante da grave crise de desemprego estrutural, o que ocorre com grande parcela de trabalhadores que vivem mais tempo desempregados do que empregados.³

Omitimos, por questão de espaço, os cálculos, que o leitor pode refazer e, até, corrigir algumas possíveis inexatidões. É óbvio que, para se ter uma idéia mais exata destas retificações, os cálculos matemáticos teriam de ser mais meticulosos, porém, como nos interessa mais, aqui, é a justeza do fio de análise, os cálculos expeditos feitos acima são suficientes para o esclarecimento da natureza do problema.⁴

Destes R\$ 70 bilhões, R\$ 53 bi corresponde ao déficit da aposentadoria no serviço público (inclui União Estados e municípios), R\$ 15 bi correspondem à parcela pelo pagamento de aposentadorias a pessoas que jamais contribuíram com o INSS e R\$ 2 bi é a parcela do deficit da aposentadoria na iniciativa privada, junto ao INSS.

Continuação

A CRISE DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL E AS PROPOSTAS NEOLIBERAIS DO GOVERNO LULA – II

1. Retomando as premissas de classe da análise anterior¹. Retomando as premissas de classe da análise anterior Como vimos na primeira parte desta matéria, os dois pilares do Estado burguês são a *força pública* (militares e polícias civis) e a *burocracia* — membros da cúpula dos “três poderes” (altos executivos, senadores e deputados, dirigentes de estatais, juizes, promotores e desembargadores, professores de universidades estatais etc., etc.), onde reina, em grande medida, a inamovibilidade de cargos. Está claro, como já o afirmara Engels, que é do interesse da burguesia manter, por conta da sobrevivência de seu próprio Estado, todos os privilégios para estas castas dos dois pilares do Estado. Quando Engels falava dos *privilegiados* da burocracia do Estado obviamente não incluía neste rol seletos os pequenos funcionários, não por

acaso a maioria, cujos ordenados não lhes garante nem mesmo as mínimas condições de subsistência, mas sim, certamente, do “peixe graúdo” da burocracia, daqueles que deliberam ou pensam, do alto de seus cargos — muitos deles inamovíveis —, sobre os atos e os conteúdos que implicam na reprodução das relações sociais e que são bem pagos e privilegiados exatamente por isto.

Como conseqüência, não existe coisa mais “normal” no mundo do que um deputado parasitar por apenas oito anos, à base de uma contribuição irrisória, e depois levar para casa, para um longo desfrute de todos os seus anos restantes de vida (que podem chegar a 20, 30, 40 ou mais) uma aposentadoria de mais 7 mil reais por mês. O mesmo vale para todos os demais membros da força pública e da burocracia que se regem por tal norma. Aqui se encontra uma das maiores causas do “rombo” do fundo da previdência.

Mas, o que estranha mesmo é o Ministro Berzoini, num arroubo de populismo sem precedentes, propor, a partir de uma idéia saída *de dentro do Poder de Estado*, o tal “regime único” de previdência, no qual esses privilégios desapareceriam e todos — “trabalhadores” públicos e trabalhadores privados — passariam a receber um mesmo (e rebaixado para os até aqui privilegiados) teto de aposentadoria. Ou então, a atitude da camarilha de dirigentes sindicais, aceitando a mesma proposta, apenas elevando um pouco mais este teto — ora para 10, ora para 20 salários. Se não fossem tão notoriamente safados, dir-se-ia que são ingênuos: reformar o Estado, num sentido “socializante” (o termo pertence ao jargão de certas “esquerdas”). É como pedir á burguesia que, por favor, comece a desmontar os pilares de seu Estado; e depois ainda se espantam com a reação imediata de todos os aposentáveis privilegiados, mesmo alguns da já dita “esquerda” (executivos de estatais, doutores universitários, etc.), ao chiarem, com veemência, contra tal descabro. Outra “solução”, já em andamento, é a aposentadoria complementar proporcionada pela iniciativa privada ou pelos fundos ligados a empresas estatais, como é o caso da PREVI. Neste caso, o trabalhador — ou qualquer um —, insatisfeito com a aposentadoria que recebe, pode ter acesso a uma previdência privada, pagar uma taxa extra com a promessa e perspectiva de receber, correndo riscos maiores ainda, uma aposentadoria suplementar daqui a mais de cinqüenta anos. Como existe gente desinformada de todo tipo, esse tipo negócio já está sendo deslançado também em solo brasileiro. O maior perigo nesse tipo de negócio advém também de seu caráter capitalista, principalmente em tempos de crise aguda — acerca da qual nada se sabe de expectativas para daqui a 50 ou mais anos. Isso sem contar com a franca possibilidade de calotes, fraudes, falências, redução de níveis, etc., tudo isso inerente á atividade empresarial, às conjunturas ou aos destinos de uma economia capitalista daqui para diante.

2. As alegadas e as verdadeiras causas da crise previdenciária sob a ótica de classe

a) o caso dos trabalhadores rurais

De um ponto de vista meramente técnico-contábil, alguns autores reformistas estão certos ao assinalarem que a inclusão dos trabalhadores rurais no benefício da aposentadoria, sem nunca terem contribuído, é uma das causas, sem dúvida, do déficit. Mas a questão reside em saber por que esse tipo de trabalhador nunca foi incluído antes e por que foi depois incluído (reforma constitucional de 1988), de forma assistencial no sistema; e aí voltamos ao terreno no qual a única resposta possível pode ser encontrada: o da *luta de classes*.

O benefício foi concedido com o claro intuito de, dando uma irrisória "proteção", controlar o descontentamento que deitou raízes no campo numa conjuntura, a dos anos 70, de forte penetração do grande capital na agropecuária com vistas à produção para a exportação, cometendo a maior onda de *grilagem* de terras jamais vista na história deste país e desempregando e transformando milhares de camponeses em trabalhadores assalariados (o "caldo de cultura", se se pode dizer assim, do surgimento dos Sem Terra logo mais).

b) o desvio de recursos da Previdência para "obras"

Já o desvio de recursos do fundo previdenciário "para outras finalidades" mereceria uma outra ordem de consideração. Desde o seu início, e já durante o Governo Vargas, o sistema previdenciário cede recursos, via desvios, para, por exemplo, investimentos em infra-estrutura (construção de siderúrgicas estatais) e outras. A este respeito, a mesma edição de Veja acrescenta (p. 36): "*O sistema oficial de previdência foi inventado em 1923 e desde então vem sendo dilapidado. Juscelino Kubitschek tomou 6 bilhões da Previdência para construir Brasília. Os militares usaram dinheiro da Previdência para fazer a ponte Rio — Niterói e a Transamazônica. O dinheiro jamais foi devolvido.*" Ou seja, recursos da previdência foram e continuam sendo desviados para financiar obras do interesse dos capitalistas, como no caso das usinas e estradas, com vistas ao rebaixamento dos custos do capital constante e dos transportes — recursos para fins *capitalistas*, reclamados pelos interesses ligados ao lucro da classe capitalista, que não foram repostos e que também deixaram sua contribuição ao déficit do fundo previdenciário.

c) as fraudes

Do expediente da fraude, que já foi organicamente incorporado à rotina do Estado, nem precisa falar muito: as "jorginas", como os "lalaus", são todos agentes da alta burocracia do Estado, os organicamente privilegiados de que nos falam Engels e Lênin. De modo que uma mera explicação "técnica", ainda que competentemente urdida, não esclarece absolutamente nada acerca da natureza e da crise da previdência. Tampouco explica a causa ou motivação social da "fraude generalizada" ou porque as empresas — os capitalistas — sonham. Os analistas privilegiam, a seu gosto, esta ou aquela causa, de preferência uma causa técnica ou, quando muito, de caráter "ético". Além

disso, não só não classificam todas as causas como também não as fazem acompanhar-se de seus respectivos “rombos” específicos para sabermos o papel social e o peso de cada uma no conjunto. Infelizmente, não temos esses dados para eliminar esta lacuna.

d) os dois sistemas previdenciários e seus segredos de classe nunca revelados

Sabemos que existem, neste país, dois sistemas previdenciários, um para os trabalhadores do setor privado e outro para os funcionários públicos. O professor Luis Filgueiras, da UFBA, a este respeito, aponta quatro diferenças básicas: *"1. Enquanto o funcionário público paga 11% do seu salário integral (exceto os militares, que recolhem 7,5%), o trabalhador do setor privado recolhe 11% sobre o valor do seu salário, mas até o teto de, atualmente, R\$ 1.516,56: isto é, a contribuição máxima deste último é de R\$ 171,77, mesmo que receba R\$ 2.000,00, R\$ 5.000,00 ou mais de salário. 2. Como consequência dessa regra diferenciada, o funcionário público recebe sua aposentadoria no valor de seu salário integral..., enquanto o trabalhador do setor privado que ganha acima de R\$ 1.516,56 recebe uma aposentadoria, no máximo, deste mesmo valor. 3. Embora as empresas do setor privado recolham para a previdência, o governo, como empregador público, não contribui com o fundo previdenciário; esta é mais uma razão, fundamental, para o 'deficit' da previdência, em particular o da previdência do setor público. 4. O trabalhador do setor privado, quando da sua aposentadoria, tem direito a sacar integralmente a parcela que lhe cabe do FGTS, o funcionário público não tem FGTS".¹*

Para o capital, um membro da gendarme merece mais mimo do que um trabalhador, pois enquanto este último, apesar de lhe passar a mais-valia, existe de sobra no elástico campo dos desempregados, o primeiro cuida do controle, via coerção, do segundo, com a agravante de que um homem habilitado nas armas e nas ciências militares merece todo o respeito. No final das contas, e do ponto de vista contábil, a contribuição muito menor dos militares (7,5%), também contribui para o déficit.

O funcionário público recolhe 11% do seu ordenado, mas recebe uma aposentadoria elástica até o limite de seu salário. Se ganha R\$ 10.000, recolhe R\$ 1.100, mas recebe, na forma de aposentadoria, valor de seu salário integral, ou seja, no caso, R\$ 10.000. O trabalhador privado, que ganhe, para usar o mesmo número, R\$ 10.000, recebe apenas R\$ 1.516,56 de aposentadoria e, para tal, recolhe apenas 11% deste valor. Onde está o busílis da manobra? Se, sendo muito mais numerosos do que os servidores públicos, os trabalhadores privados recolhessem 11% do valor total de seus salários — e não apenas 11% do teto, R\$ 1.516,56 —, esta quota mais elevada *poderia afetar a parcela de mais-valia dele extorquida*. Como? Da seguinte maneira: se a média salarial de um ramo da produção é de R\$ 3.000 e o trabalhador recolhesse não R\$ 171,17 como é hoje, mas, tal como acontece com o funcionário público, 11% de R\$ 3.000, recolheria, cada um, R\$ 330 para a previdência, valor que, por implicar em queda do salário líquido, poderia ser motivo para uma reclamação geral para elevação de salários, o que, na escala de massas, diminuiria a massa de

mais-valia coletada — sobretudo se nos damos conta de que os salários maiores são pagos exatamente nos ramos e setores operários mais esclarecidos e combativos — como metalúrgicos, mecânicos, petroleiros, etc. No contraponto, os funcionários públicos são menos numerosos e, entre eles, menor é ainda a elite, que assim fica liberada para recolher pouco ou não recolher nada, fraudar e receber aposentadorias de 7, 8, 10 e até 20 mil reais. O fato de o governo, como empregador, não recolher para a previdência já é, por si só, uma fonte de déficit — e o fato de os capitalistas sonegarem a sua participação, é outra fonte. Todos esses furos vão afunilar-se no vultoso “rombo” da previdência. 4. Uma tentativa inicial de sistematização Além de termos, segundo nossas convicções, revelado o caráter político, social e ideológico da Previdência Social, pudemos detectar — sem, contudo, podermos, por falta de dados, medir o tamanho (em valor) de cada uma — as seguintes causas da “crise da Previdência Social brasileira”: 1) As aposentadorias fraudulentas, as precoces (de deputados, etc.), as que não se baseiam no valor e no tempo de recolhimento e as dos militares, 2) As fraudes e os roubos de recursos do fundo; 3) Os desvios de recursos do fundo, pelo governo, para aplicação em “outras atividades”; 4) O não recolhimento, pelo Estado-empregador, de uma contribuição ao fundo; 5) A sonegação dos capitalistas; 6) O aumento da expectativa de vida;; 7) O pagamento de aposentadoria, sem cobertura de contribuição, aos trabalhadores rurais.

Todas são causas. Não dispomos de dados, todavia, para ordená-las de acordo com o seu grau de importância na geração do déficit total; mas elas todas, quando somadas e, mais que somadas, quando integradas numa mesma totalidade em movimento, são mais do que suficientes para constituir o “rombo” de 30, 80 ou mais bilhões de reais, motivo da pressa que o governo tem de recorrer à reforma da previdência. De maneira que já temos algum material em mãos para: 1) ensaiar, em nome da lógica capitalista e de alguns balões de ensaio lançados pelo governo, quais serão as medidas centrais da dita reforma e; 2) formular algumas bandeiras de luta estratégicas e táticas para a nossa propaganda política. Passemos, pois, adiante.

5. Prováveis e já anunciados contornos da

Reforma da Previdência do Governo Lula É a lógica do capital em crise que deverá ditar as medidas a serem propostas pelo atual governo no que diz respeito à Previdência Social. Sendo forçoso que seja assim, não é lícito esperar que nem o capital nem o seu Estado, naquilo que lhes é essencial, sejam afetados pela referida reforma. Pelo contrário, em nome da “necessidade do crescimento econômico e do aumento do emprego”, o investidor capitalista deverá ser, também aqui, desonerado — como vai ser outra vez nas reformas trabalhista e tributária. Estão todos, inclusive os social-democratas de ontem, de volta a Hayek. Destarte, só resta uma alternativa: quem vai pagar a conta mesmo é, ao fim e ao cabo, o trabalhador e o pequeno funcionário público. Alguns contornos desta reforma já podem ser adiantados.

- 1)** A primeira coisa a ser dita é que a crise da previdência, a dívida externa e a interna, a crise cambial, a crise fiscal, o desemprego crônico, etc.,

são momentos da *crise estrutural*, e são tão passíveis de solução como a própria crise geral do capital — ou seja, nenhuma possibilidade de solução. Isso significa que só se pode, no máximo, nos limites do capitalismo, neste longo processo de esgotamento, “rolar com a barriga” toda esta totalidade de crises (não, evidentemente, por toda a vida, pois, a partir de um dado limite, a máquina vai emperrar). *Nenhuma reforma vai pôr a previdência nos trilhos.*

- 2) O governo possui *dois tempos* para tratar esta questão: o curto e o longo prazo. Em longo prazo a previdência, aos trancos e barrancos, deverá, segundo a lógica do capital na sua fase neoliberal, ser *privatizada*, a pior perspectiva possível para os aposentados, porque mais sujeita a falências, acompanhados dos demais aspectos tão comuns no Estado e nas empresas em geral: fraudes, roubos, etc. Sem contar que, em se tratando de uma previdência por muito tempo suplementar, obrigará, por necessidade, o trabalhador a descontar duas vezes, uma para a pública, enquanto esta sobreviver, outra para a privada.
- 3) Em curto prazo, o governo deve tentar duas vias: imprimir uma *fase de transição* — por exemplo, com promessas (mas só promessa!) de um regime único **“para todos”** — e, aqui sim, com algo de objetivo a ser feito, *medidas para encontrar quem deverá pagar o “rombo”*. Dizemos, no primeiro caso, só promessa porque, se o governo, de forma populista, aprovar (impossível acreditar nisso!), mesmo que só para **todos** os aposentados futuros, um teto único, de R\$ 1.516,56 (ou outro baixo qualquer), não há como uma tal norma possa deixar de ser mudada pelas castas políticas presentes e futuras — estas mesmas castas que dispõem de robustos *lobbies*, legislam em causa própria, mudam a lei a qualquer momento, ou que fazem valer seus interesses com ou sem lei. O que poderá acontecer é a fixação de um baixíssimo teto único para assalariados e pequenos funcionários, deixando intactos níveis de aposentadorias diferenciados e privilegiados para as “categorias de elite” — os mesmos de sempre: militares, parlamentares, magistrados, altos executivos, dirigentes de estatais, etc.
- 4) Assim, o unicamente possível é conseguir um *paliativo* (necessariamente temporário), com parte do “rombo” pago por empréstimos ou forçada poupança (dizemos extorsão) interna (tal como está sendo feito para levantar o superávit primário) por iniciativa do Estado e a outra parte a ser paga *pelas classes trabalhadoras*.
- 5) Da parte dos empresários não se deve esperar nada em favor deste paliativo — e não lhes faltam argumentos: “sobrecarga de custos retira a competitividade, queda da produção e do emprego,”etc., etc., todos argumentos muito sensíveis aos ouvidos dos comandantes do Estado. No que se refere aos trabalhadores, tudo deve ser esperado: a) *aumento do tempo útil de contribuição (por exemplo, para mais de 35 anos), porque até os argumentos já estão sendo ensaiados (“a expectativa de vida aumentou, logo...”); b) aumento da taxa de contribuição; c) redução do teto de aposentadorias e pensões; d) desconto dos inativos; e) inclusão de trabalhadores informais nas listas de contribuintes e; f) complementarmente, ao nível da reforma tributária, aumento dos*

impostos e tributos a serem pagos pelos trabalhadores (aqui, para os capitalistas, a carga tributária deverá diminuir).

Ora, são “soluções” como estas, e outras mais que deverão estar sendo forjadas nas oficinas neoliberais do governo, que não podem ser aceitas por trabalhadores, ambulantes, pequenos funcionários públicos, inativos e camponeses. São rechaços a estas medidas, feitos no front de luta — e não nos conchavos e nas recorrências puramente jurídicas dos sindicatos e das centrais sindicais —, que começarão a derrubar privilégios de castas e de classes, que arrancarão resultados mais positivos para os trabalhadores e que apontarão, no plano de uma luta de caráter *anticapitalista*, para uma ruptura histórica *socialista* que, aí sim, deverá modificar a vida das classes exploradas, solução esta que só poderá ser empreendida por fora (e contra) dos marcos do Estado capitalista.

¹ *Reforma da previdência, capital financeiro e os contratos*, A Tarde, 20 – Economia, Salvador, 20/1/2003.

ESPAÇO PARA POESIA

AOS VELHOS COMPANHEIROS

*Como eram tantos os camaradas
Que viviam a levantar bandeiras
E atirar pedras nos vidros da burguesia,
Como era fácil encontra-los “nas escolas,
Nas ruas, nos campos e construções”,
Como diria Vandr e, ou mesmo nos botequins,
Nos cinemas e nas salas de teatros,
E tamb em, bem menos de fato,
Nas fábricas e nos ambientes de trabalho,
Por onde perambulam os de consciências embotadas,
Mas que sempre explodem o sinal para a luta*

*Cada vez mais se conta nos dedos
Os imprescindíveis ao processo de desenvolvimento
De luta, daqueles que lutam por toda uma vida,
E o poeta vendo isso deita-se, estremece e chora
Ao saber que aqueles que não tombaram na luta,
Aqueles que sobraram do triturador ideológico,
Sentem-se depois de tudo isto debilitados e gastos,
Na certeza de que a recupera o das forças
Dependerá mais de cuidados, que nem sempre virão
Mas que deverá sempre buscar para a continuada
Batalha da vida, que se resume para os instrumentos
Da mudança, na revolu o propriamente dita*

  este tamb em um dos d ilemas : como repor fisicamente

*As forças de combate, como prepara-las para os novos
Desafios e embates de classe? O fato preocupa e o tempo corre,
Pois o que seria um período de 120 anos para a vida
Dos revolucionários sem a revolução? Nada mais que
Uma pequena tragédia moderna, que ao não alcançar
Um objetivo na vida, pode aparecer uma coisa comum, mas,
Quando se trata de interesses de toda uma geração, que
Está se definindo política e ideologicamente, moralmente
E fisicamente até, pesa toneladas.*

*A qualidade do material produzido pela estrutura
Física e mental dos poucos e bons camaradas que ainda resistem
Será estudada por gerações presentes e futuras,
Este deve ser o compromisso de todos, pois as idéias ficam
Mesmo após a transformação da matéria, é isto o que desejam
De coração os "velhos e magníficos combatentes a que nós
Carinhosamente chamamos: camaradas, camaradas, queridos camaradas*

Odisseu Aranha da Roseira

BALADA DO MENDIGO

*Tu, homem de vida dura,
dormes em calçada impura,
será que tens a certeza
donde vem tanta pobreza?
Na tua tranquilidade
— imagem de cão sem dono
pela estrada do abandono
— não vês que o teu algoz
dorme em puros lençóis,
acalentando com zelo
sonhos e teu pesadelo.
Tu, homem de vida impura,
dormes em calçada dura,
corpo quase moribundo
sob um cobertor imundo,
pobre forma indefinida,
ribalta da tua vida.
Tu, homem de vida escusa,
dormes em calçada suja,
sai deste teu torpor insano,
lembra-te que és humano,
dá o braço ao teu irmão
na luta contra o dragão.
Quero ver essas passeatas,
com bandeira de mulambo,
pânico da burguesia
rude em sua hipocrisia.
Tu, homem de vida suja,
dormes em calçada escusa,
repudia essa esmola*

*da mão que tanto te explora,
como fênix demente
arrebenta esta corrente
que te prende a este chão,
símbolo de escravidão.*

José Guilherme

*“(...) pois o deserto não é aquilo que vulgarmente se pensa, deserto é tudo quanto esteja ausente dos
homens, ainda que não devamos esquecer que não é raro encontrar desertos e securas mortais em meio
de multidões.”*

José Saramago - O Evangelho Segundo Jesus Cristo